Conselho de Ética vai convocar ACM e Arruda

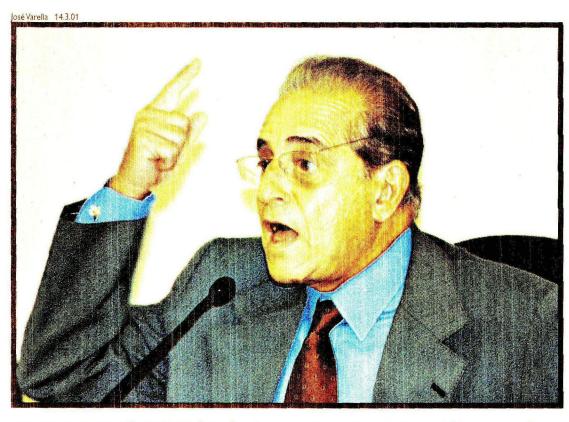
Daniela Nahass e Denise Rothenburg Da equipe do Correio

ex-presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), vão ser chamados para depor no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para explicarem o possível envolvimento na violação do painel eletrônico no dia da cassação do ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Os dois senadores foram nominalmente responsabilizados pela violação do sistema pela ex-diretora do Prodasen, Regina Célia Peres Borges.

Em seu depoimento à comissão que apura a violação do painel eletrônico, Regina Borges afirmou que Arruda lhe pediu para tirar uma cópia da lista dos nomes dos parlamentares que votaram no dia da cassação de Luiz Estevão. Segundo Regina, Arruda lhe disse que estava fazendo o pedido em nome do então presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

O laudo da Unicamp sobre a violação do painel será entregue hoje pelo presidente da comissão, senador Carlos Wilson (PPS-PE), ao presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), e à Corregedoria do Senado. Se os membros do conselho se convencerem de que houve quebra do decoro parlamentar, os dois senadores podem perder o mandato. A partir da constatação da quebra de decoro, o conselho concede licença para que o plenário do Senado abra um processo de cassação. Na avaliação dos senadores, esta é muito mais uma questão política. "É preciso avaliar as provas. O julgamento dos senadores é político. Vai depender da determinação da casa", resumiu o senador Agripino Maia (PFL-RN).

Os dois senadores também



RAMEZ TEBET: "A VIOLAÇÃO DO PAINEL É GRAVÍSSIMA, MAS CABE AO CONSELHO DECIDIR. EU NÃO DISCUTO O MÉRITO"

podem ser punidos apenas com a pena mínima, que é a suspensão do mandato por 30 dias. Esta penalidade prevista no regimento interno do Senado nunca foi utilizada e, de acordo com a regras, a decisão do conselho teria de ser tomada em sessão secreta. O julgamento de ACM e Arruda pode ser diferente porque o ex-presidente do Senado já foi advertido anteriormente, por ter utilizado linguagem inadequada, e não pode ser advertido novamente. Já contra o líder do governo não há registros de advertência.

A situação de ACM se complicou com a divulgação do relatório. Ontem, pela primeira vez, Tebet admitiu que vai chamar o senador baiano para depor. "Se o relatório concluiu pela autoria

de alguém, vamos ouvir quem o relatório aponta como autor", afirmou. Até então, Tebet dizia que as respostas de ACM poderiam ser enviadas por escrito.

MÉRITO DA QUESTÃO

depoimento de Regina Borges mudou também a opinião do relator do Conselho de Ética, senador Saturnino Braga (PSB-RJ), que, até então, estava convencido de que ACM não havia quebrado o decoro parlamentar. Depois de ouvir os depoimentos secretos dos procuradores da República, Eliana Torelly e Guilherme Shelb, Saturnino Braga ficou convencido de que o ex-presidente do Senado tinha falado em uma lista de votação por "bazófia", e que a relação com os nomes dos senadores não

seria oficial. Ontem, o relator disse que faz questão de ouvir ACM, Arruda e os funcionários envolvidos na violação do painel.

Tebet, presidente do Conselho de Ética, preferiu a cautela quando foi questionado se ACM e Arruda poderiam ser acusados de quebra de decoro parlamentar. "A violação do painel é gravíssima, mas cabe ao conselho decidir. Como presidente, eu não discuto o mérito", disse. Para Tebet, este episodio desgasta a imagem do Congresso Nacional e por esta razão deve ser bem apurado.

O relatório da Únicamp (*veja matéria abaixo*) será discutido hoje, às 17h, durante a reunião do Conselho de Ética. Os senadores também vão ouvir um novo depoimento do foneticista Ricardo Molina.